



ISSN: 1981-0601
v. 14, n. 1 (2021)



Recebido em: 30/07/2020

Aprovado em: 06/11/2020

Publicado em: 30/09/2021

DOI: 10.18554/it.v14i1.4831

O STATUS DO ESPANHOL NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

THE STATUS OF SPANISH IN GRADUATE SCHOOL: A CASE STUDY

Andrea Silva Ponte¹
Glenda Mirelly Carvalho de Medeiros²
Maria Hisabel Chagas Jordão³
Maria Natalia de Souto Carneiro⁴
Rafael Eduardo Santana de Sousa⁵

RESUMO: Este artigo origina-se de um projeto de pesquisa de iniciação científica cujo objetivo é mapear o espaço das línguas estrangeiras nos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) nas Universidades Federais da Paraíba e de Pernambuco, e averiguar a incidência e o status destas línguas nos referidos programas bem como sua relação de consonância ou divergência com as Resoluções de Internacionalização e Política Linguística destas universidades. Trata-se de uma primeira etapa do mapeamento da região Nordeste e visa completar os dados que estão sendo levantados, concomitantemente, por pesquisadores de outras regiões do Brasil, como parte das atividades do Observatório PLiCiES – Políticas da Linguagem na Ciência e na Educação Superior. A análise apresentada, neste artigo, com ênfase na situação do espanhol, se realiza em um espaço de reflexão e resistência acerca da posição ocupada pelo inglês no cenário mundial da Ciência e do Ensino Superior. Quanto aos procedimentos, lançou-se mão de uma série de instrumentos de pesquisa: revisão bibliográfica, análise de documentos institucionais e levantamento de dados acerca da presença e status das línguas na pós-graduação. Como referencial teórico, a Política Linguística – Cooper (1997), Spolsky (2016), Hamel (2013, 2017), Arnoux (2016). Quanto aos resultados, pode-se afirmar que o espanhol ocupa um lugar periférico e o cenário geral ainda oferece pouco espaço para as línguas estrangeiras, o que implica em políticas linguísticas incipientes. Observa-se, no entanto, uma oportunidade para o desenho e implementação de políticas mais favoráveis ao fortalecimento do espanhol, necessário para o estreitamento de diálogos acadêmicos e científicos com a América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Língua espanhola; Internacionalização; Ensino Superior; Política Linguística

ABSTRACT: *This article is a result of a scientific initiation research project whose objective is to map the place of foreign languages in stricto sensu postgraduate programs at the Federal Universities of Paraíba and Pernambuco, and to investigate the incidence and status of these languages in these programs and their relationship of consonance or divergence with the Resolutions of Internationalization and Language Policy of these universities. This is a first stage of mapping the Northeast region aiming to complement data that is being simultaneously collected by researchers from other regions of Brazil, as part of the activities of the PLiCiES Observatory - Language Policies in Science and Higher Education. The analysis presented in this*

¹ Universidade Federal da Paraíba. E-mail: andrea.ponte.ufpb@gmail.com. Orcid: [0000-0002-5735-6425](https://orcid.org/0000-0002-5735-6425)

² Universidade Federal da Paraíba. E-mail: glendamirelly@gmail.com. Orcid: [0000-0003-1347-0397](https://orcid.org/0000-0003-1347-0397)

³ Universidade Federal da Paraíba. E-mail: hisa.cjordao@gmail.com. Orcid: [0000-0002-6360-6507](https://orcid.org/0000-0002-6360-6507)

⁴ Universidade Federal da Paraíba. E-mail: nataliascarneiro@hotmail.com. Orcid: [0000-0002-4532-7387](https://orcid.org/0000-0002-4532-7387)

⁵ Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rafaeleduardo.ufpb@gmail.com. Orcid: [0000-0002-1902-5780](https://orcid.org/0000-0002-1902-5780)

article, with emphasis on the situation of Spanish, takes place in a space of reflection and resistance about the position occupied by the English language in the world scenario of Science and Higher Education. As for the procedures, a series of research instruments was used: bibliographic review, analysis of institutional documents and data collection about the presence and status of languages in graduate studies. As a theoretical reference, the choice was for Language Policy – Cooper (1997), Spolsky (2016), Hamel (2013, 2017), Arnoux (2016). As for the results, it can be said that Spanish occupies a peripheral place and the general scenario still offers little space for foreign languages, which implies incipient language policies. There is, however, an opportunity for the design and implementation of policies which are more favorable to the strengthening of Spanish, necessary language for the narrowing of academic and scientific dialogues with Latin America.

KEYWORDS: Spanish language; Internationalization; Higher Education; Language Policy.

Introdução

Não é exagerado afirmar que, na atualidade, há um significativo predomínio do inglês na área da divulgação e do intercâmbio científico. Ao longo do século XX, a comunidade científica internacional passou de um modelo plurilíngue – delimitado e relativamente equilibrado – entre o inglês, o francês e o alemão a uma posição hegemônica do inglês. De acordo com levantamento realizado por Hamel, “[...] en 2000 nos encontramos con que el 82% de las publicaciones en las ciencias sociales y las humanidades y el 90 – 95% de las publicaciones llamadas ciencias naturales aparecieron en inglés” (2013, p. 322).

A ascensão do inglês à língua franca mundial se explica por meio de uma ampla série de componentes que não é possível esmiuçar nesta introdução. Mas é possível apontar que, do ponto de vista histórico, o legado colonial, a expansão do capitalismo e a configuração mundial pós II Guerra confirmam o contexto que situa esta hegemonia linguística. Não foram poucas as análises que trataram de justificar esta posição elencando supostas qualidades da língua inglesa e sua superioridade sobre as demais. Trata-se, no entanto, de uma construção ideológica: não são as propriedades estruturais de uma língua, sua história, literatura ou mesmo a cultura a que está vinculada que fazem dela uma língua global, uma língua internacional, mas sim o poder político, que está inexoravelmente associado ao poder econômico e tecnológico (CRYSTAL 1997 apud ORTIZ, 2004).

Philipson (1992) [...] asocia este predominio con una forma de imperialismo lingüístico que a partir del poder económico afirma la hegemonía lingüística del inglés. Este dominio del inglés se reafirma y mantiene, según el autor citado, por el establecimiento y la reproducción continua de desigualdades estructurales y culturales entre el inglés y las otras lenguas. Por estructural entiende las propiedades materiales como las instituciones o las distribuciones financieras y,

por culturales, las inmateriales o ideológicas (actitudes, principios pedagógicos etc.). (ARNOUX, 2016, p. 5)

No campo científico, ainda hoje, a ascensão do inglês como língua de divulgação de pesquisas em eventos e publicações costuma ser vista como um processo natural e, portanto, inevitável, e não como resultado de diferentes tensões e relações de poder. Somado a isso, a presença de uma única língua no campo científico é em si muito atrativa, pois proporciona a ilusão de uma unidade mundial entre pesquisadores de todo o planeta, de diálogo e intercomunicação por meio de uma língua que goza de status de neutralidade em um mundo globalizado. Ortiz (2004) afirma que, nesta perspectiva, a expansão do inglês é vista como um benefício para todos. Hamel (2017), em uma análise que também situa a presença massiva da língua inglesa no âmbito do imperialismo linguístico, afirma que o controle das Ciências e do Ensino Superior é um recurso estratégico e também uma necessidade, uma vez que controlar o desenvolvimento de diferentes sistemas de conhecimento é mais difícil quando seus atores adotam suas próprias línguas, métodos de pesquisa e padrões de interpretação.

Ao adotar a própria língua, o pesquisador pode explorar mais profundamente suas intuições, pode lançar mão de toda a sua capacidade argumentativa, pode colocar em prática maneiras próprias de investigar, conceituar, organizar e interpretar. A pesquisa expressa em uma língua, cuja intenção é uma suposta universalidade, limita a capacidade inovadora do autor e o obriga a adotar formulações que lhe são alheias, o que levará a uma “ciência conservadora”. O monopólio linguístico da produção científica atenta contra a própria inovação científica (ARNOUX, 2016).

A partir de uma perspectiva latino-americana, observa-se a necessidade de desenvolver modelos científicos plurais e plurilíngues que privilegiem o espanhol e o português em uma relação não subalterna com o inglês ou outras línguas. É preciso também “[...] instituir la lengua nacional propia como la principal lengua en los subcampos de producción y formación y como lengua vigorosamente co-presente en el subcampo de la circulación, según las circunstancias en cada disciplina” (HAMEL, 2017, p. 249).

Neste contexto, em julho de 2017, o Projeto “Políticas de linguagem na América Latina” da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), durante o seu XVIII Congresso Internacional, realizado em Bogotá, elabora a Declaração “Por uma ciência e educação superior pública, gratuita, crítica, humanista, intercultural, baseada em modelos plurilíngues de investigação e docência” (ALFAL, 2017), aprovada na assembleia geral do evento. A partir desta mesma

Declaração, surge o Observatório PLiCiES – Políticas da Linguagem na Ciência e na Educação Superior, que se dedica ao estudo e debate crítico das políticas de linguagem no campo das ciências e da educação superior na América Latina. A proposta consiste em uma revisão crítica com o fim de avaliar de que forma a presença e o status das línguas adotadas respondem às necessidades da América Latina para o desenvolvimento das Ciências e da Educação Superior. Aponta, também, para a

[...] preservação e fortalecimento de modelos plurilíngues de investigação, docência e comunicação científica, baseados em nossas principais línguas de integração latino-americana, o espanhol e o português, sem nunca fechar as portas para as línguas indígenas e de imigração, e pela apropriação vigorosa do inglês e de outras línguas estrangeiras a partir das necessidades e nas modalidades definidas por nossas comunidades científicas, impulsionando a internacionalização da investigação e do ensino. Tudo isso possibilitará fortalecer uma relação com o inglês a partir de uma posição não marcada pela subalternidade. (Convocatória, ALFAL, 2017)

O presente texto se origina de uma pesquisa no âmbito da Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba. Tal pesquisa está inscrita nesse projeto maior - “Políticas de linguagem na América Latina” - da ALFAL e procura, por meio do mapeamento linguístico de programas de pós-graduação de universidades públicas brasileiras, contribuir para as ações do Observatório PLiCiES. O objetivo era mapear o espaço da língua portuguesa e das línguas estrangeiras nos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal de Pernambuco e averiguar a incidência e o status destas línguas nos referidos programas e sua relação de consonância ou divergência com as Resoluções de Internacionalização e Política Linguística de suas universidades. Neste artigo, a partir dos resultados obtidos, analisamos a situação do espanhol nas universidades mencionadas e refletimos acerca do desenho de possíveis políticas linguísticas que atendam à realidade latino-americana.

1. A internacionalização no Ensino Superior no Brasil

A internacionalização do Ensino Superior está diretamente relacionada à própria existência da universidade pública brasileira, apesar de não ter ocorrido com a mesma intensidade ou com a mesma carga de investimentos ao longo de sua história.

Em 1920, surge a primeira Universidade Federal no Brasil, no Rio de Janeiro, e junto com ela a primeira política de cooperação internacional. A universidade contava, em seu quadro de professores, com docentes visitantes franceses e norte-americanos, dando início a um processo de

internacionalização do ensino, possibilitando aos alunos e professores importantes trocas culturais, linguísticas e sociais (ANDRADE, 2018).

A partir dos anos 30, com o processo de industrialização, o Ensino Superior precisou se adequar ao objetivo de formar profissionais que contribuíssem para o desenvolvimento e crescimento econômico do país. A Universidade de São Paulo (criada em janeiro de 1934) inicia um processo de cooperação internacional com a contratação de professores e pesquisadores europeus, possibilitando a vivência local por meio das políticas de intercâmbio, propiciando que mais tarde, nos anos 60, o Brasil firmasse os primeiros acordos de assistência técnica e financeira através do Ministério da Educação, o que aumentou o número de bolsas de estudo para a realização de mestrado e doutorado em outros países, além do envio de professores para dar suporte nos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. Essas parcerias se consolidaram nos anos 80 e 90, com a figura do professor pesquisador.

Décadas mais tarde, com o objetivo de “[...] buscar promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (BRASIL, 2011), o governo federal cria o programa Ciência sem Fronteiras, que promoveu, por meio de aproximadamente 100 mil bolsas de estudo no período de 4 anos, o intercâmbio com instituições estrangeiras para alunos de graduação e pós-graduação. Este programa foi encerrado em 2017 para cursos de graduação, permanecendo os cursos de pós-graduação com um número reduzido de bolsas. Atualmente está em vigor o CAPES PrInt, programa institucional da CAPES⁶ que regula a internacionalização no âmbito da pós-graduação.

Essa política de internacionalização surge em um contexto desafiador, em que jovens da escola pública chegam ao Ensino Superior com muitas deficiências no seu processo de formação. Especialmente no que se refere às línguas estrangeiras, a carência é profunda e em inúmeras ocasiões dificulta e inclusive impede a experiência do aluno no exterior.

O processo de globalização no final do século XX chega ao Brasil trazendo consigo a promessa de desenvolvimento e crescimento econômico por meio da cooperação entre países, o que leva a uma valorização do ensino de línguas estrangeiras capaz de proporcionar aos profissionais das áreas envolvidas as ferramentas adequadas para este contexto global. Surgem assim, políticas linguísticas que visam capacitar os alunos em línguas estrangeiras tanto na Educação Básica quanto

⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

no Ensino Superior. Observa-se, no entanto, que os resultados destas políticas são ainda incipientes. Nas universidades pesquisadas, apesar de a capacitação linguística ocupar um papel relativamente destacado em seus projetos de internacionalização, percebe-se que a realidade ainda aponta para um longo caminho no que se refere a uma presença efetiva de diferentes línguas estrangeiras no âmbito universitário.

2. Fundamentação teórica

Embora seja possível encontrar incontáveis exemplos, ao longo da história da humanidade, de ações que poderiam ser abarcadas no campo da Política e do Planejamento linguístico (PPL), este somente emerge como disciplina em meados do século XX. Talvez pelo fato de ser uma área ainda jovem, bem como pelo seu caráter interdisciplinar, este campo conta com ampla nomenclatura e variadas abordagens (RIBEIRO DA SILVA, 2013). Robert Cooper (1997) lista alguns dos nomes utilizados para designá-la: engenharia linguística, desenvolvimento linguístico, regulamentação linguística, política linguística, gestão de línguas etc. Há autores que optam por distinguir a Política linguística do Planejamento linguístico, enquanto outros preferem tratá-los como uma única atividade.

Calvet (1997) afirma que Política linguística trata das opções e determinações acerca das línguas em uma sociedade, enquanto Planejamento linguístico consiste em executar, em colocar em prática tais determinações. No que diz respeito, especificamente, ao conceito de Planejamento linguístico, uma dezena de definições vêm sendo formuladas ao longo das últimas décadas. Haugen, o primeiro a definir Planejamento linguístico em 1959, o fez como “[...] a atividade de preparar uma ortografia, gramática e dicionário normativos para a orientação de escritores e falantes em uma comunidade de fala não homogênea” (HAUGEN, 1959 apud SOUSA; PONTE; SOUSA-BERNINI, 2019, p. 11) em um momento no qual a área era entendida como uma ciência (objetiva e neutra) que se propunha a solucionar problemas linguísticos. Por sua vez, Cooper, anos mais tarde, em um movimento de ampliação do conceito, afirma: “[...] planificación lingüística comprende los esfuerzos deliberados por influir en el comportamiento de otras personas respecto de la adquisición, la estructura y la asignación funcional de sus códigos lingüísticos” (1997, p. 60). Esta última definição não restringe os planejadores, nem os grupos a que se destinam, e situa o planejamento em um contexto bastante diferente ao da solução de problemas.

Desde o início, muitos autores – a começar por Kloss em 1969 - conceberam o Planejamento linguístico dividido em: 1) planejamento de *corpus*, que se refere às intervenções nas formas da língua e 2) planejamento de *status*, que diz respeito às funções da língua na sociedade. Cooper (1997), que os nomeia, respectivamente, como planejamento formal e funcional, acrescenta um terceiro: o planejamento de aquisição, que se relaciona aos esforços para promover e aumentar o número de usuários de uma língua. Essa divisão tão precisa, segundo o autor, é mais possível na teoria do que na prática, uma vez que são aspectos interrelacionados, interdependentes, e *corpus*, *status* e aquisição são indissociáveis.

No intento de demonstrar que o contexto social é um fator fundamental para a compreensão do Planejamento linguístico, uma vez que esta não se dá no vazio, Cooper (1997) contextualiza, de modo exaustivo, os exemplos que expõe em seu livro *Language planning and social change*. O autor defende que em última instância o planejamento responde a fins não linguísticos, ou seja, diz respeito mais a interesses de outras esferas (por exemplo, políticas, econômicas e ideológicas) do que propriamente linguísticas. Seguindo nesse sentido, Bernard Spolsky apresenta também uma versão ampliada da disciplina evidenciando a sua dimensão ideológica, em um novo modelo.

Se desde o início se apontava na direção da PPL como uma atividade que se constitui em dois momentos, um de escolhas e outro de implementações, Spolsky concebe a Política linguística em “[...] três componentes descritíveis interligados, mas independentes: práticas, crenças (ou ideologia) e gestão (ou planejamento)” (SPOLSKY, 2016, p. 35). As práticas são tanto as eleições linguísticas feitas pelos usuários como os comportamentos observáveis; as crenças são os valores que os usuários atribuem às línguas; a gestão são os esforços para modificar as práticas ou as crenças de um grupo. Acerca do seu modelo, Spolsky (2016) escreve:

O modelo que estou explorando envolve uma série definida de comunidades de fala, níveis sociais, ou domínios, que vão desde a família, passam por várias instituições e estruturas sociais até e inclusive os estados-nações e agrupamentos supranacionais, cada um dos quais está sob a pressão de escolhas linguísticas engendradas por práticas linguísticas internas e externas, ideologias e sistemas de crenças linguísticas, e esforços de gestão linguística. (SPOLSKY, 2016, p. 37)

Paralelamente, dentro do modelo proposto por Cooper (1997), tratamos de situar o processo de internacionalização do Ensino Superior em um contexto mais amplo, situado no âmbito de políticas estatais que visavam o desejo de incrementar o intercâmbio científico com o exterior e valorizar a universidade pública. Neste contexto, são criados programas como os já mencionados

Ciências sem Fronteiras e CAPES PrInt, que terão como desdobramento a necessidade de capacitação linguística do alunado e o aumento de usuários em línguas estrangeiras.

3. Metodologia

O presente artigo é resultado do projeto *O status das línguas na pós-graduação no nordeste brasileiro*, que teve por objetivo a elaboração de um retrato do status das línguas nos programas de pós-graduação (stricto sensu) em duas universidades nordestinas, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A coleta de dados foi realizada entre outubro de 2019 e março de 2020 por quatro estudantes de Letras (três de língua espanhola e uma de língua portuguesa) da UFPB e coordenado por uma professora do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas da mesma universidade. A metodologia adotada para o projeto conta com o suporte dos seguintes instrumentos de pesquisa: revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional da área, análise documental dos textos institucionais de Internacionalização e de Políticas linguísticas em vigor nas universidades (UFPB, UFPE) e levantamento de dados acerca do status das línguas na pós-graduação.

Em um primeiro momento foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional que proporcionou o embasamento teórico necessário no campo da Política Linguística. Dentre os autores lidos e discutidos, estavam nomes como Arnoux (2016), Bein (2017), Hamel (2013), Ribeiro da Silva (2013), Calvet (1997), Cooper (1997) e Spolsky (2016). Paralelamente, foram analisados estudos acerca das funções da língua portuguesa e das línguas estrangeiras no processo de produção científica, circulação dos resultados e formação de capital humano, e suas consequências. Depois foi realizado um levantamento de todos os programas de pós-graduação das duas universidades e do funcionamento dos usos de diferentes línguas. Quando mencionamos genericamente *usos das línguas*, nos referimos concretamente a:

- língua(s) em que são ministradas as aulas do programa e minicursos;
- língua(s) exigidas/aceitas nos exames de proficiência;
- língua(s) presentes na bibliografias das disciplinas;
- língua(s) das páginas web dos programas;
- língua(s) presentes em periódicos e demais publicações dos programas.

Cabe destacar que não foi possível identificar a(s) língua(s) em que são ministradas as aulas, nem a(s) língua(s) presentes nas bibliografias das disciplinas, uma vez que estes dados não estão disponíveis nem nas páginas dos programas, nem em suas respectivas coordenações, e para ter acesso a eles seria necessário contactar diretamente cada professor.

Uma vez realizado o levantamento, foi feita a tabulação dos dados e sua análise, tratando de estabelecer consonâncias e divergências com as Resoluções de Internacionalização e Política Linguística das respectivas universidades e das orientações provenientes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para este artigo, foi feito um recorte na leitura dos dados direcionado mais especificamente à situação da língua espanhola.

4. Resultados e análise

Apresentamos a seguir os dados coletados nas universidades contempladas nesta pesquisa. Toda a coleta foi realizada por meio de páginas oficiais e documentos disponíveis na internet – Portal de Periódicos das universidades, páginas web de programas de pós-graduação, editais e resoluções disponíveis nos sites das universidades – entre outubro de 2019 e março de 2020. Os resultados apresentados aqui se referem às línguas presentes nos periódicos da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Pernambuco, nos exames de proficiência aceitos em seus programas de pós-graduação e nas páginas web dos mesmos programas. Como mencionado, o projeto inicial também tinha como objetivo realizar um levantamento das línguas presentes nos títulos das bibliografias das disciplinas ofertadas na pós-graduação, e as línguas em que são ministradas estas mesmas disciplinas. No entanto, tais informações não estão disponíveis nas páginas dos programas, o que inviabilizou este levantamento.

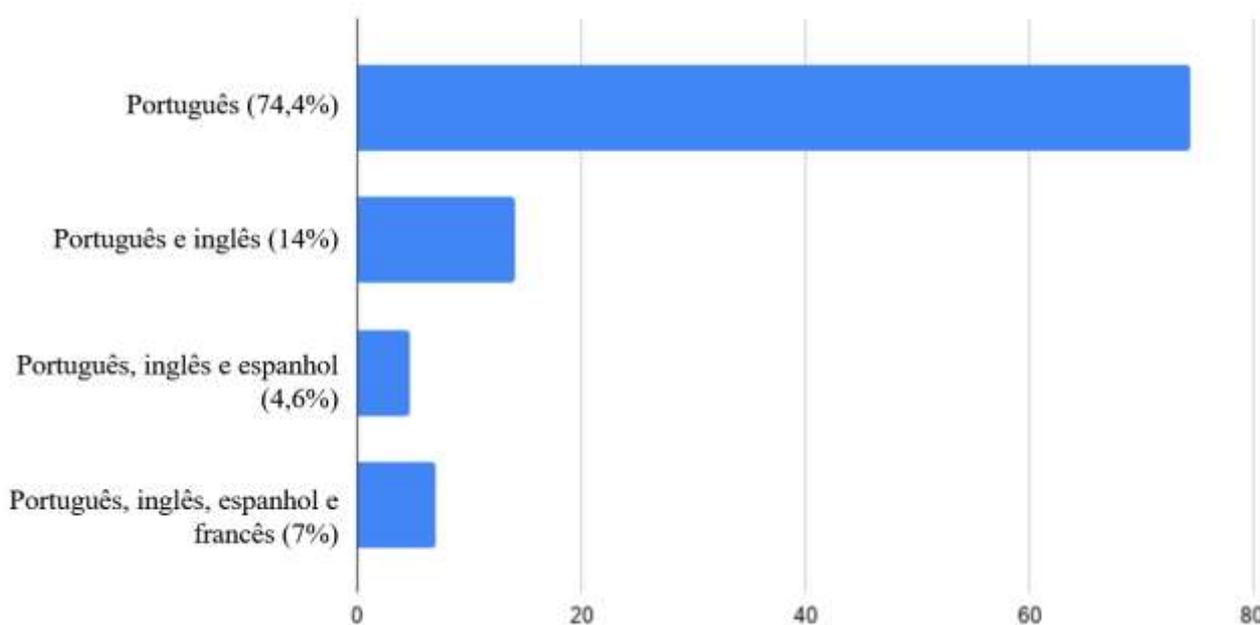
UFPE

De acordo com seu Portal de Periódicos⁷, a Universidade Federal de Pernambuco conta com 43 periódicos. No gráfico 1 é possível observar que deste total, 32 aceitam contribuições somente em português, 6 em português e inglês, 2 em português, inglês e espanhol e 3 em português, inglês, espanhol e francês.

⁷ <https://periodicos.ufpe.br/revistas/>

Vale a pena ressaltar que em uma rápida análise de edições anteriores dos periódicos, os quais aceitam artigos em línguas estrangeiras revela a quase totalidade dos artigos estar em português, mostrando que aceitar contribuições em outras línguas não significa que, de fato, se publique em outras línguas.

Gráfico 1. Periódicos UFPE (43 publicações)



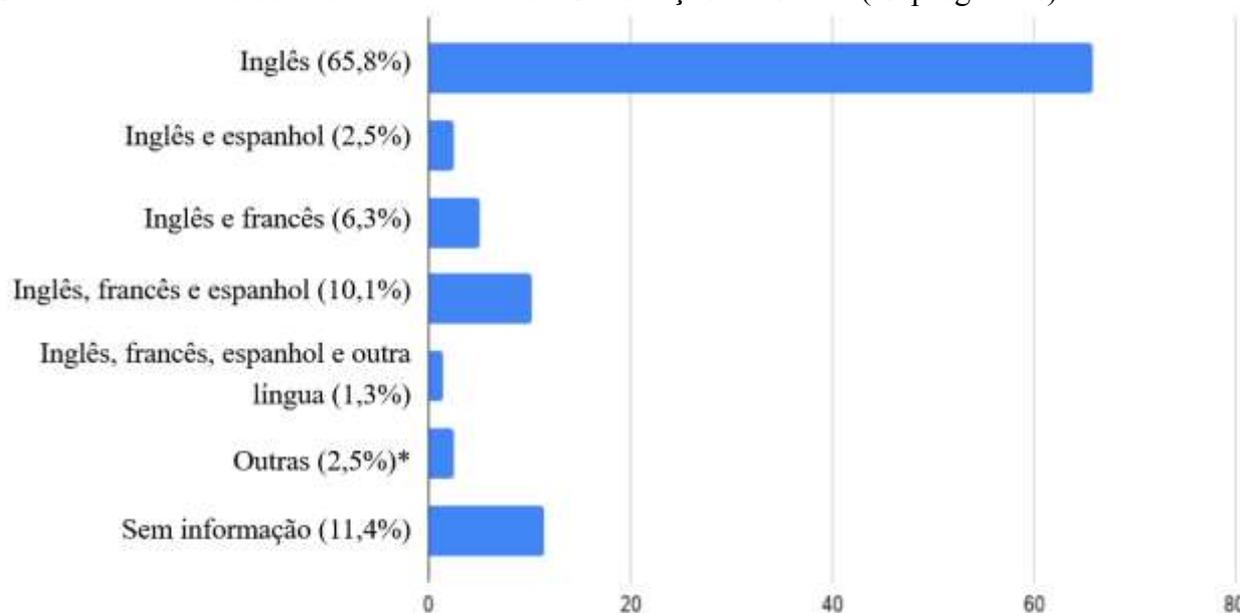
Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2 apresenta as línguas aceitas nos exames de proficiência nos 79 programas de pós-graduação presentes no site da UFPE. Destes 79 programas, 52 aceitam a proficiência apenas em inglês; 2 em inglês e espanhol; 5 em inglês e francês; 8 em inglês, francês e espanhol e 3 em outras línguas. É bastante significativo o lugar ocupado pelo inglês, que em muitos dos editais de ingresso e resoluções consultados é sinônimo do sintagma “língua estrangeira”, como se não houvesse outras. Os exames de proficiência são importantes instrumentos linguísticos⁸ institucionalizados que acarretam muitos outros fundamentais na atribuição do valor de uma língua (JACUMASSO, 2019). Como mencionado na introdução deste artigo, na atualidade, é conferido ao inglês um valor bastante expressivo no âmbito da ciência e da educação superior. Este valor, alimentado por

⁸Instrumentos usados para normatizar, fixar, difundir e padronizar a língua (AUROUX, 2009).

dispositivos como, por exemplo, exames de proficiência, passa a fazer parte das representações dos indivíduos acerca da língua.

Gráfico 2. Exames de Proficiência na Pós-Graduação da UFPE (79 programas)



*Outras opções que não incluem necessariamente inglês, francês e espanhol, por exemplo: inglês, francês, alemão e italiano.

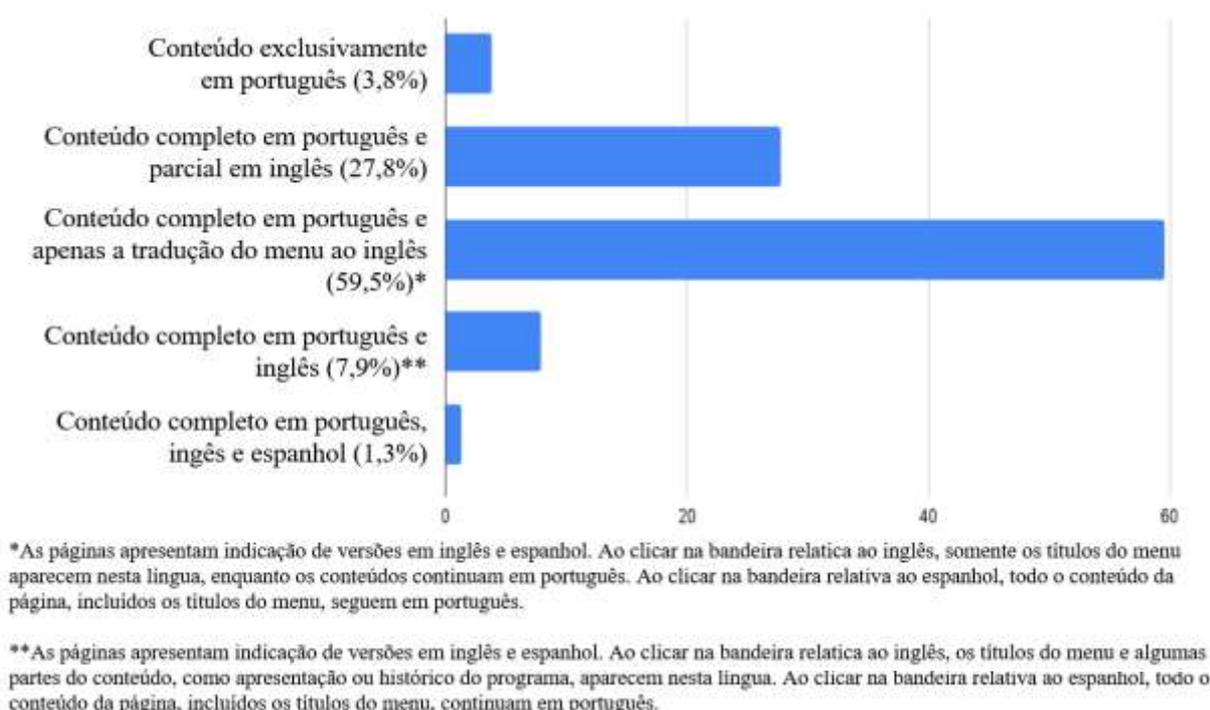
Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos processos de internacionalização do Ensino Superior, a visibilidade, a intercompreensão e o acesso à informação são fatores importantes. As páginas dos programas de pós-graduação na internet, geralmente, são o primeiro contato que futuros alunos têm com estes programas. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por meio de um ofício de 2016 (CAPES, 2016) determina que os programas de pós-graduação devem apresentar suas páginas em português, inglês e espanhol, uma vez que “[...] não há como desvincular a visibilidade dos PPG, por meio de tradução de suas páginas web em diferentes idiomas de outras iniciativas igualmente importantes para consolidação internacional de suas atividades” (CAPES, 2016, p. 2).

Ao verificar as páginas dos 79 programas de pós-graduação da UFPE nos deparamos com a seguinte situação: todas as páginas apresentam bandeiras (respectivamente da Espanha e dos

Estados Unidos⁹) que indicam que seu conteúdo está disponível nas três línguas; 1 página apresenta o conteúdo completo em português, inglês e espanhol; 6 páginas apresentam o conteúdo completo em português e inglês; em 47 páginas, ao clicar sobre a bandeira americana aparecem os títulos do menu em inglês e o resto do conteúdo em português (ao clicar na bandeira espanhola, todo o conteúdo, incluídos os títulos do menu, continua em português); em 22 páginas, ao clicar sobre a bandeira americana se apresentam os títulos do menu em inglês e parte do conteúdo nesta língua, geralmente, o texto de apresentação do programa, e, ao clicar na bandeira espanhola todo o conteúdo, exceto os títulos do menu, continua em português; 3 páginas apresentam todo o conteúdo (incluídos os títulos do menu) exclusivamente em português.

Gráfico 3. Páginas dos Programas de Pós-Graduação da UFPE (79 páginas)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar os números presentes nos gráficos, não há dúvida de que o espaço ocupado pelas línguas estrangeiras é, no mínimo, limitado. Se tomarmos os números relativos às línguas de publicações dos periódicos, mais de 70% publicam exclusivamente em português. Com respeito à

⁹ A escolha das bandeiras merece, por si só, uma análise (que não foi realizada neste trabalho por não fazer parte de seus objetivos iniciais) quanto ao valor dado a determinadas variedades das línguas e aos diferentes processos de padronização com vistas à expansão das línguas em espaços transnacionais.

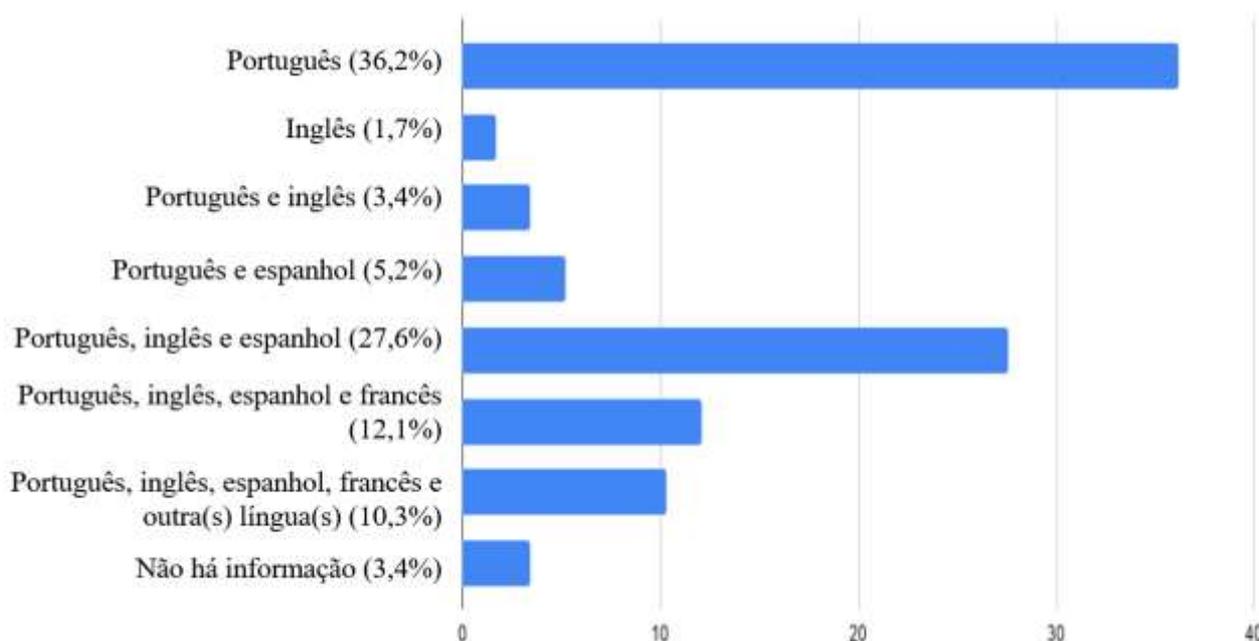
parcela que aceita trabalhos em línguas estrangeiras, todas os periódicos estão abertos à língua inglesa, ao passo que à língua espanhola e à francesa as possibilidades oferecidas são reduzidas. No que concerne aos exames de proficiência, o inglês se coloca como detentor de uma presença esmagadora em comparação com a incidência de outras línguas nos cursos que exigem o conhecimento de uma língua estrangeira. Com relação ao gráfico representativo das línguas nas páginas dos programas, percebe-se que a ocorrência de línguas para além do português é irreal, uma vez que os ícones, teoricamente, levariam à tradução dos conteúdos, mas promovem a manutenção dos textos em português ou oferecem uma tradução parcial. É preciso apontar, no entanto, que o *Plano de Internacionalização da UFPE 2017-2027* (UFPE, 2018a) indica, em seu planejamento estratégico para a internacionalização, que a tradução das páginas web da universidade deve ser concluída até 2023, o que explica a presença bastante incipiente de línguas estrangeiras observada aqui. O mesmo documento, assim como a Resolução que regulamenta a Política linguística na universidade (UFPE, 2018b) mencionam reiteradamente a intenção de estabelecer ambientes plurilíngues e multiculturais: “[...] ampliar a capacidade de comunicação internacional da comunidade universitária por meio da promoção de uma política *multilinguística*¹⁰ [...]” (2018a, p. 10); “[considerando] a importância de valorizar o conhecimento das línguas em geral, numa perspectiva *plurilingue* que favoreça a compreensão e cooperação com culturas diversificadas [...]” (2018b, p. 1); “[a política linguística tem como base] a *diversidade linguística e cultural*, valorizando todos os processos formais ou informais que contribuam para a aprendizagem de línguas” (2018b, p. 2); “[a política linguística tem como objetivo] criar um *ambiente plurilinguístico e multicultural* entre a comunidade da UFPE e a comunidade internacional” (2018b, p. 3). Neste sentido, observamos uma divergência entre o que indicam os documentos da instituição e os dados coletados: por um lado, observa-se que as línguas estrangeiras ocupam um lugar ainda discreto, por outro, neste lugar, o inglês tem um destaque bastante significativo deixando o espanhol e as demais línguas em uma posição periférica. Apesar da existência de documentos norteadores, observa-se que a política para as línguas na UFPE, ou ao menos os efeitos que se espera que ela produza, ainda não se deixam ver.

UFPB

¹⁰ Os grifos são nossos.

A Universidade Federal da Paraíba conta com 58 publicações cadastradas em seu Portal de Periódicos¹¹. No gráfico 4 observa-se que, deste número, 21 publicações aceitam contribuições somente em língua portuguesa; nos demais casos, além do português, 16 periódicos aceitam trabalhos também em inglês ou espanhol; 2 em inglês; 3 em espanhol; 7 em inglês, espanhol e francês e 6 em inglês, espanhol e francês e também outras línguas. Como no caso da UFPE, uma rápida busca em números anteriores das publicações que aceitam trabalhos em línguas estrangeiras nos mostra que a maioria dos artigos publicados está em português, o que indica, como já mencionamos, aceitar outras línguas não significa realmente publicar em outras línguas.

Gráfico 4. Periódicos UFPB (58 Publicações)



Fonte: Elaborado pelos autores.

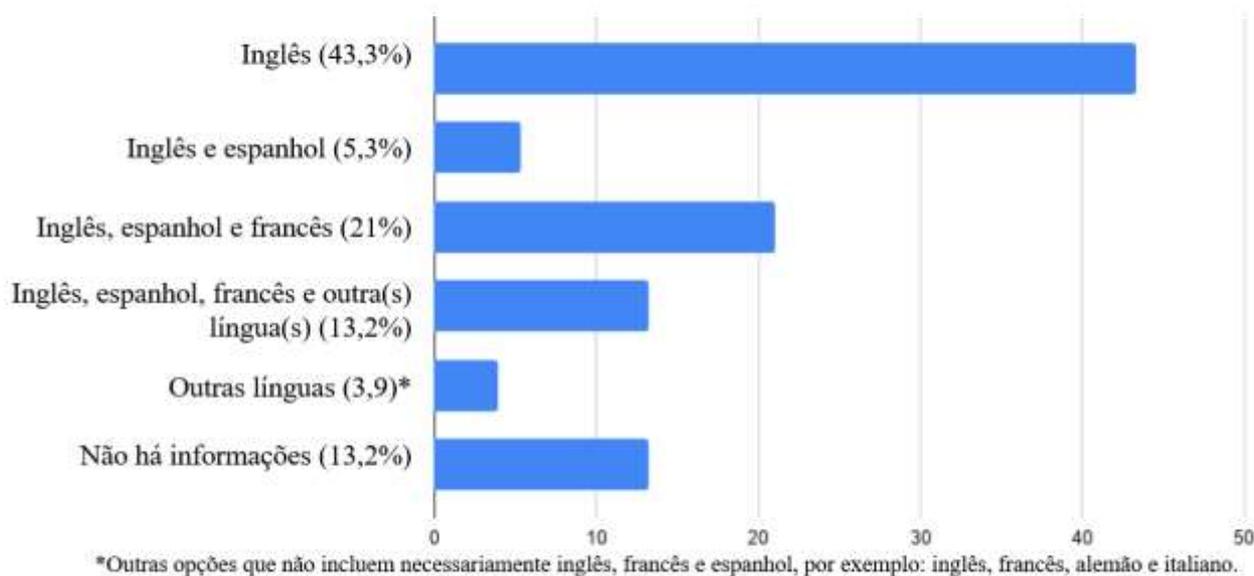
A UFPB conta com 76 programas de pós-graduação em diferentes áreas. Como mostra o gráfico 5, deste total, 33 exigem obrigatoriamente a proficiência em língua inglesa; 16 aceitam comprovação de conhecimentos em inglês, espanhol ou francês; 10 em inglês, espanhol, francês ou outra língua; 4 em espanhol ou inglês; 3 em inglês ou outras línguas.

Observa-se que em 43,4% dos programas o inglês é obrigatório e, nos demais, é uma opção, mas continua presente. Já o espanhol é uma opção em aproximadamente 30 programas.

¹¹ <https://periodicos.ufpb.br/capa/>

Como na UFPE, o status do inglês no âmbito dos exames de proficiência é claramente superior a todas as outras línguas. É necessário refletir acerca desta suposta necessidade “urgente” de comprovar proficiência em língua inglesa durante a realização de uma pós-graduação. Ao que parece, em muitas ocasiões, esta “necessidade” responde mais aos anseios de participação na comunidade científica internacional (onde o inglês é hegemônico) do que às necessidades reais do aluno que realiza suas pesquisas de mestrado ou doutorado em diferentes áreas do conhecimento. A ideologia linguística na qual se funda a hegemonia do inglês na divulgação científica se estende ao âmbito do Ensino Superior – o domínio analisado aqui - e termina sendo retroalimentada por uma série de dispositivos e instrumentos que reforçam o valor atribuído às línguas, como é o caso dos exames de proficiência.

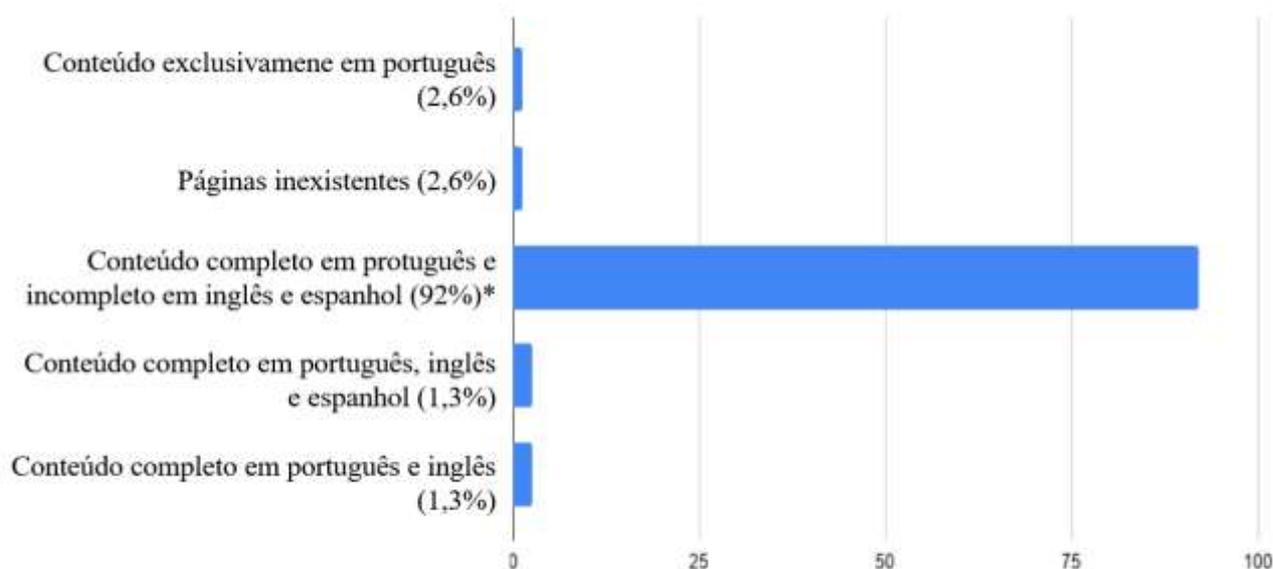
Gráfico 5. Exames de Proficiência da Pós-Graduação (76 programas)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Finalmente, ao verificar as páginas web, dos 76 programas de pós-graduação da UFPB, verificamos que todas, como no caso da UFPE, apresentam bandeiras da Espanha e dos Estados Unidos indicando que há versões disponíveis em espanhol e em inglês. No entanto, no gráfico 6 observa-se que, apesar da presença das bandeiras, em 70 páginas o conteúdo traduzido é incompleto e geralmente a única parte disponível nas línguas indicadas são os títulos do menu e, eventualmente, a apresentação ou histórico do programa. Há somente 2 páginas com o conteúdo completo em português e inglês e outras 2 com o conteúdo completo em português, inglês e espanhol.

Gráfico 6. Páginas dos Programas de Pós-Graduação da UFPB (76 páginas)



*As páginas apresentam indicação de versões em inglês e espanhol, mas ao clicar nas respectivas bandeiras, somente os títulos do menu estão traduzidos e, em alguns casos, partes do conteúdo da página, como apresentação ou histórico do programa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A UFPB não tem uma resolução ou outro documento interno dedicado à Política linguística da universidade. A resolução que regulamenta sua Política de Internacionalização (UFPB, 2018) não dedica um lugar muito relevante à questão linguística, apesar de destacá-la entre suas ações: “[...] atenção especial para a questão da formação linguística, com oferta de cursos em língua estrangeira para brasileiros e cursos em língua portuguesa para estrangeiros na estrutura curricular da graduação e da pós-graduação” (UFPB, 2018, Art.7, § IX).

Os dados observados ao longo desta pesquisa são condizentes com essa inexistência de uma documentação específica para “assuntos” linguísticos. A presença ainda incipiente de línguas estrangeiras nas publicações da universidade, a quase total inexistência de outras línguas nas páginas web dos programas de pós-graduação e o espaço destacado do inglês nos exames de proficiência demonstram que na UFPB, assim como na UFPE, as políticas linguísticas ainda estão por ser construídas.

5. Conclusão

O domínio escolhido para a realização desta pesquisa foi a universidade brasileira, mais especificamente duas universidades da região Nordeste. Esta escolha se deu porque a universidade brasileira, nos últimos anos, vem vivenciando movimentos em um contexto bastante interessante para a análise de processos de Política e Planejamento linguístico. A internacionalização da Ciência e do Ensino Superior no Brasil, a partir de 2010, configura o cenário de “mudança social”, apontado por Cooper (1997) como componente fundamental para a análise de um processo de planejamento linguístico, neste caso, diretamente associado à relação com as línguas estrangeiras, necessária para a efetivação de relações acadêmicas e científicas com outros países. Dentro deste processo, realizamos um recorte aqui delimitado no campo do uso, status e incremento da aquisição de línguas estrangeiras no âmbito da pós-graduação.

A internacionalização da Ciência e do Ensino Superior não é um fenômeno exclusivo do Brasil posto que se dá em inúmeros países como reflexo de movimentos e ideologias decorrentes da globalização e do estreitamento do diálogo entre diferentes povos e nações. Spolsky (2016) afirma que os domínios se regem por um jogo de forças internas e de forças externas. A internacionalização da Ciência no cenário mundial é um importante componente (mas não o único) das forças externas que incidem em nosso domínio – a universidade. Seus atores – professores, alunos e administração – são influenciados e têm suas ações muitas vezes marcadas por crenças e práticas provenientes de diferentes núcleos de poder. E aqui nos deparamos com o lugar ocupado pela língua inglesa e com sua hegemonia no âmbito da Ciência e do Ensino Superior descritos na introdução deste artigo. Possibilidade de intercomunicação, simplicidade de estruturas, ampla circulação internacional são somente algumas das supostas vantagens da presença massiva do

inglês, alardeadas no espaço internacional. O “saber inglês” para pesquisadores, professores, alunos e técnicos que querem, de alguma forma, participar deste espaço se transformou em necessidade de premência incontestável, e esta naturalização é, talvez, a marca mais contundente da ideologia que veicula o inglês como língua franca na Ciência. Nas universidades pesquisadas, é possível observar que esta ideologia incide nas práticas: a exigência do inglês em detrimento de outras línguas – como o espanhol, por exemplo – em exames de proficiência e sua presença (mesmo que ainda muito incipiente) em páginas web dos programas de pós-graduação mostram isso.

Paralelamente a esses processos hegemônicos relacionados à internacionalização da Ciência surgem, também, movimentos de reflexão e resistência, como aqueles que apontam para a necessidade de modelos plurilíngues para a produção e divulgação científica; e também para a necessidade de fortalecimento de línguas específicas dentro de determinados espaços geopolíticos. Como mencionado no início deste artigo, desde a perspectiva latino-americana, o fortalecimento do espanhol e do português como “línguas de ciência” é fundamental para incrementar um espaço científico regional.

Os dados coletados aqui sugerem que as universidades do nosso domínio não possuem uma política linguística de fato. Adotamos o verbo “sugerir” porque entendemos que nosso recorte não nos fornece dados suficientes para fazer afirmações categóricas acerca de políticas institucionais. Acreditamos, no entanto, que os resultados aqui dispostos são suficientes para algumas reflexões. Observa-se uma presença esmagadora do português tanto nas publicações quanto nas páginas web, mas esta presença não é decorrente de uma crença de que este deve ser o lugar ocupado pelo português, mas sim por uma ainda incipiente política de capacitação linguística de professores, alunos e técnicos. Os documentos institucionais das universidades indicam que a ampla capacitação linguística é uma ação do processo de internacionalização, mas se vê que esta ação ainda não foi implementada ou, se foi, ainda não é possível vislumbrar seus resultados. No que se refere aos exames de proficiência, o status do inglês é indiscutível. Lamentamos, profundamente, a impossibilidade de acesso às bibliografias das disciplinas ofertadas nos programas de pós-graduação, que teriam nos mostrado com alguma exatidão em que línguas os alunos realmente precisam ser proficientes para a realização de suas pesquisas. Poderíamos, então, verificar se a exigência do inglês é realmente um reflexo das necessidades acadêmicas dos pós-graduandos ou se simplesmente correspondem à crença de que o inglês é a única língua oficial possível no mundo acadêmico.

Os dados nos mostram que o espanhol ocupa um lugar periférico. Seu status não é, a nosso ver, condizente com o contexto em que se inserem as universidades brasileiras. A UFPB mantém acordos de cooperação acadêmica com diferentes universidades em 18 países, 6 deles são países de língua espanhola, 5 estão na América Latina. Já a UFPE mantém acordos de cooperação acadêmica com 37 países, 11 são falantes de espanhol, 10 estão na América Latina. Estes números indicam que se um plano contemplasse o incremento da capacitação linguística, um aumento de usuários de língua espanhola seria, no mínimo, proveitoso e poderia proporcionar um estreitamento das relações acadêmicas e científicas em nossa região.

No entanto, antes de desenhar projetos de capacitação linguística que privilegiem e o coloquem no mesmo patamar do inglês dentro da universidade, é fundamental provocar uma reorientação nas crenças que regem as práticas neste domínio.

[...] más que el peso del inglés en la producción científica (...), lo que se impone son las ideologías lingüísticas dominantes que construyen y legitiman esa hegemonía. Es esa una de las razones para desconstruir los discursos que la sostienen y fortalecer, de esta manera, el espacio científico regional” (ARNOUX, 2016, p. 17).

A desconstrução à qual se refere Arnoux requer um trabalho considerável em prol da construção de discursos e ações que favoreçam o fortalecimento científico e acadêmico da região. Discursos que incidam sobre crenças e práticas, pois sabe-se que “cuando existe una resistencia generalizada entre el público, las políticas suelen evadirse, soslayarse o incumplirse” (COOPER, 1997, p. 98).

Acreditamos que levantamentos e análises como os que realizamos aqui podem contribuir para o mapeamento e diagnóstico do status do espanhol no Brasil e, conseqüentemente, para o desenho de políticas que tenham como foco a intercompreensão, o diálogo e a integração regional.

Referências

ALFAL – Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Projeto 08 – Políticas de linguagem na América Latina. **Declaração por uma ciência e educação superior pública, gratuita, crítica, humanista, intercultural, baseada em modelos plurilíngues de investigação e docência.** Bogotá: ALFAL, 2017. Disponível em: < <https://alab.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Declarac%CC%A7a%CC%83o-de-Bogota%CC%81.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

ANDRADE, Camila Souza de. **Políticas linguísticas e internacionalização acadêmica:** entre o status da língua inglesa e a promoção do plurilinguismo. Niterói: UFF, 2018. 82 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal

Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9947>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

ARNOUX, Elvira Narvaja. Minorización lingüística y diversidad: en torno al español y al portugués como lenguas científicas. In: RINESI, Eduardo et al. (Eds.). **Hombres de una república libre**. Universidad, inclusión social e integración cultural en Latinoamérica. Buenos Aires: Universidad de General Sarmiento, 2016. Texto cedido pela autora.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BEIN, Roberto. La ruta de las políticas lingüísticas. In: MARTÍNEZ, Angelita; GONZALO, Yesica; BUSALINO, Natalia. **Rutas de la lingüística en la Argentina II**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017. P. 51 – 60.

BRASIL. Ministério de Educação/CNPq/CAPES. **Ciência sem Fronteiras**. 2011. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CALVET, Louis Jean. **Las políticas lingüísticas**. Buenos Aires: Ed. Edicial, 1997.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício nº09/2016** da DAMP/CGMP/DAV/CAPES. Brasília: CAPES, 2016.

COOPER, Robert. **La Planificación lingüística y el cambio social**. Traducción española. Madrid: Cambridge University Press, 1997.

HAMEL, Rainer Enrique. El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: elementos para una política del lenguaje em América Latina. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 52.2, p. 321-384, jul./dez., 2013.

HAMEL, Rainer Enrique. Enfrentando las estrategias del imperio: hacia políticas del lenguaje en las Ciencias y la Educación Superior en América Latina. In: DINIZ, Alai Garcia; PEREIRA, Diana Araújo; ALVES, Lourdes Kaminski (Orgs.). **Poéticas e Políticas da linguagem em vias de descolonização**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. P. 229-261.

JACUMASSO, Tadinei D. Política lingüística na pós-graduação paranaense: um estudo sobre exames de proficiência. In: SOUSA, S. C. T.; PONTE, A.; SOUSA-BERNINI, E. N. B. (Orgs.). **Fotografias da Política Lingüística na pós-graduação no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. P. 385-416.

KLOSS, Heinz. 1969. **Research possibilities on group bilingualism: A report**. Quebec: International Center for research on Bilingualism, 1969.

ORTIZ, Renato. As Ciências Sociais e o inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 5 – 22, fev., 2004.

RIBEIRO DA SILVA, Elias. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 289-320, jul./dez. 2013.

SCHIFFMAN, Harold. **Linguistic Culture and Language Policy**. London: Routledge, 1996.

SOUSA, Socorro Claudia T.; PONTE, Andrea; SOUSA-BERNINI, Emny Nicole B. A área de Política e Planejamento Linguístico no cenário internacional e nacional. In: SOUSA, Socorro Claudia T.; PONTE, Andrea; SOUSA-BERNINI, Emny Nicole B. (Orgs.). **Fotografias da Política Linguística na pós-graduação no Brasil**. João Pessoa: UFPB, 2019. p.5-50.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. **ReVEL**, v. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. Disponível em: <<http://revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. **Plano de Internacionalização UFPE 2017-2027**. Abril/2018. Recife: UFPE, 2018a. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38974/1881479/pli_ufpe_port.pdf/f96ae1cf-f839-4506-8e72-580852bca175. Acesso em: 10 jun. 2020.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. **Resolução n. 03/2018**. Institui e regulamenta a Política linguística da UFPE. Recife: UFPE, 2018b. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/398575/1248295/Res+2018+03+CONSUNIV.pdf/88ed33a0-7b9b-4c5f-bcef-586faecc640f>. Acesso em: 5 jun. 2020.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba. **Resolução n. 06/2018**. Regulamenta a Política de Internacionalização da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Runi06_2018%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Runi06_2018%20(2).pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2020.